



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 121 /2014



Ano Internacional da  
Agricultura Familiar  
2014

Senhor Presidente  
Nobres Vereadores

O Vereador João Moysés Abujadi e demais vereadores que subscrevem requerem, nos termos regimentais, a apreciação e aprovação pelo Plenário da presente **MOÇÃO DE APOIO** ao Congresso Nacional, que promulgou no dia 5 de junho a proposta de emenda à Constituição que permite a expropriação de imóveis onde forem flagrados trabalhadores em situação análoga à escravidão.

## Justificativa

O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), promulgou no dia 5 de junho a proposta de emenda à Constituição que permite a expropriação de imóveis onde forem flagrados trabalhadores em situação análoga à escravidão.

A emenda constitucional, aprovada em segundo turno pelo Senado em maio, ainda terá de ser regulamentada para definir o que será considerado trabalho escravo. Conhecido como PEC do Trabalho Escravo, o texto avalizado pelos congressistas determina que os proprietários dos imóveis desapropriados não terão direito à indenização e ainda estarão sujeitos às punições previstas



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

no Código Penal.

Com a nova regra, tanto propriedades rurais quanto urbanas, de qualquer região do país onde houver exploração de trabalho escravo, serão expropriadas e destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação popular quando forem flagradas situações similares à escravidão.



Ano Internacional da  
Agricultura Familiar  
2014

A PEC mantém a expropriação de terras nas quais são localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, como maconha e coca, o que já é previsto pela legislação atual. Além disso, o texto determina que todos os bens apreendidos em decorrência do tráfico de drogas e da exploração do trabalho escravo serão confiscados e destinados a um fundo especial.

Em razão de desavenças entre ruralistas e defensores dos direitos humanos, foi preciso articular um acordo para viabilizar a votação da PEC no plenário do Senado. Ao final das negociações, ficou acertado que a emenda condicionaria a aplicação da lei a um projeto de regulamentação.

A proposta de regulamentação, que já tramita no Senado, define o que é trabalho escravo e estabelece que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo.

Atualmente o Código Penal considera trabalho escravo aquele em que o trabalhador é submetido a trabalho forçado ou com jornada exaustiva, é sujeito a condições degradantes de trabalho ou tem sua locomoção restringida por dívida contraída.



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO



Ano Internacional da  
Agricultura Familiar  
2014

De acordo com a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, a intenção do governo é que a regulamentação da PEC inclua apenas os procedimentos devem ser tomados para a expropriação dos imóveis, sem alterar o atual conceito previsto na legislação para trabalho escravo.

No entanto, o relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), avalia que a definição do termo precisa ser mais específica.

"Precisamos definir o que é uma jornada exaustiva e o que é um trabalho degradante, que pode mudar de um estado pro outro [...]. Em São Paulo, por exemplo, um trabalhador pode achar degradante trabalhar sem ar-condicionado e sem água. No Amazonas, tem trabalhador que trabalha precisando dormir em rede", declarou.

Em seu discurso após a promulgação da emenda, o senador Renan Calheiros afirmou que, mesmo que legislação brasileira já tenha uma definição para trabalho escravo, a lei não é colocada em prática.

"As medidas coercitivas para submissão de trabalhador a regime análogo ao da escravidão não foram suficientes, pois a legislação praticamente não foi aplicada, deixando a sensação de impunidade. Por tudo isso, o Congresso Nacional decidiu medida mais drástica, para impor a expropriação de imóveis rurais e urbanos", declarou Renan.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, foram contabilizados 46.478 trabalhadores libertados em condições análogas à de escravos desde 1995, ano em que os grupos móveis de fiscalização passaram a atuar no país. Em média, a cada dia, mais de



# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

5 pessoas são libertadas, no país. Minas Gerais lidera a lista de estados com mais resgates (2.000), seguido por Pará (1.808), Goiás (1.315), São Paulo (916) e Tocantins (913).



Ano Internacional da  
Agricultura Familiar  
2014

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a aprovação da presente **MOÇÃO DE APOIO**, e que seja encaminhada ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, à ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e ao relator da proposta, senador Romero Jucá.

Valinhos, 06 de junho de 2014.

*Antônio Pereira*  
Vereador

**JOÃO MOYSÉS ABUJADI**  
Vereador

Jurivaldo M. de Oliveira  
Vereador

*[Signature]*  
Vereador

*[Signature]*  
Vereador

*[Signature]*  
Rodrigo Fagnani Popó  
Vereador